

A raça nacional e o território na *História do Brasil* de João Ribeiro

Elvis Hahn Rodrigues

A nossa comunicação apresenta duas questões presentes em nossa dissertação de mestrado intitulada “Entre as raças e o território: os projetos de nação na *História do Brasil* de João Ribeiro”. Desse modo apresentamos resultados da referida dissertação. O nosso tema são os projetos de nação presentes na *História do Brasil* de João Ribeiro, de outro modo, como esse autor expressa a nacionalidade brasileira, e como a mesma projeta a nação num horizonte de expectativa.

Em nossa leitura a questão da nacionalidade brasileira em João Ribeiro se desenrola em dois conceitos: a raça nacional, a mameluca e o território, historicamente ocupado. Nesse sentido, desenvolvemos como esses conceitos são elaborados pelo autor.

A raça, na representação histórica de João Ribeiro, é uma questão muito cara na análise histórico-sociológica do Brasil, pois é no cerne do seu caráter moral que nosso autor explica o porquê do atraso social do Brasil ante o Ocidente. A moral está imbricada nas virtudes das raças, acumuladas ao longo de sua história. A miscigenação ocorrida ao longo de quatrocentos anos de história constituiu uma raça, a mameluca, desmoralizada, sem as virtudes de constituir um Estado superior, com as habilidades do *self-government*, ou seja, constituir uma República.

Na leitura de João Ribeiro, as raças têm habilidades inatas, isto é, uma natureza ontológica que lhes caracteriza e as distingue entre si, leitura esta que não está apenas exposta na *História do Brasil* de 1900, mas se encontra presente também em suas publicações sobre história geral, como a *História Universal* e a *História da Civilização*, cujo sentido da história está, primeiramente, na formação da ideia de nação, de unidade social de um povo, e os exemplos de cada civilização. Na formação dos Estados nacionais, isso fica mais explícito na história moderna e contemporânea. O argumento da raça, como formadora de cada povo, está nas linhas narrativas de cada capítulo.

Voltemos, entretanto, à *História do Brasil*. No capítulo IX: “Espírito da autonomia”, João Ribeiro tem passagens reveladoras sobre as teses racialistas e a

nacionalidade brasileira e as suas relações com os movimentos autonomistas da do século XVIII:

As raças miscigeneas no seu todo, porém, quaes nol-as representa a America Latina, não parecem nesse estado possuir a capacidade do *self-government*. Embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo; falta-lhes o sentimento que aquellas ideias presuppõem e as virtudes e qualidades Moraes que, ao contrario das theorias, só a educação secular da historia consegue a custo verter catechizadas mas não christãs; o christianismo vive nellas como num pouco d'água as gotas de vinho indispensaveis para colorir-lhe o aspecto ou alterar-lhe o aroma. (RIBEIRO, 1935, p. 373)

Os mamelucos são caracterizados pela incapacidade política de se autogovernarem, seus regimes políticos são forjados pelo espectro da civilização européia, mas não se coaduna com o espírito destrutivo de sua natureza, isto é, um elemento que lhe é ontológico, comum a todos os nacionais e latino americanos, e assim sua história política é marcada:

Em geral, assimilam e preferem as theorias e os systemas mais radicaes porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instinto fundamental que é, como o das crianças, puramente destructivo. Sem o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nellas rapidas e vertiginosas. Da religião passam á impiedade e ao atheísmo; do governo ao anarchismo, e pode dizer-se generalizando, na ordem amam a subversão. Aquelles que descendem da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole d'elles, não tendo nobreza, não a estima. Nada aceitam da historia, que naturalmente lhes é suspeita ou indifferente, e buscam remedio impossivel nas utopias do futuro que a sua fragil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a historia consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que elles proprios fabricam e se propõem inutilmente a venerar. Nem sabem governar nem ser governados; primeiramente porque confundem auctoridade com a força que para elles é o unico symbolo d'ella; e depois confundem a obediencia com servilismo. Tão grande é a alegria no mandar como é ignominiosa a vergonha no obedecer. E como a obediencia é para elles a escravidão, cada um e todos lutam por uma parcella do mando como por um alimento essencial á vida; e por isso pela força ou pela fraude falsificam todos os actos e processos da vida publica que conduzem ao poder. Contam assim, os annos da existencia pelas revoluções e pelas crises; desprezam o trabalho (que é sempre de Tantalos porque podem crises e as revoluções d'um golpe destruil-o) pelos azares e empregos. O governo é, pois, para elles afinal de contas um orgão do communismo e um agente da redistribuição da fortuna. (RIBEIRO, 1935, p. 373-4)

Ou seja, incapazes de se governarem e serem governados, satirizam a história, confundem autoridade com autoritarismo e obediência com servilismo, tudo isso expressões de uma nação cuja raça tem apenas o amor ao poder, aos interesses econômicos, como ele chama ao longo de seu livro, “interesses imediatos”. Assim, a consciência das limitações da raça nacional era o primeiro passo para superação dos obstáculos para a construção de uma nação moderna e civilizada. Desse modo, a nação não estava perdida, há um caminho a ser seguido para a superação desse estado social. E o caminho, segundo Ribeiro, estaria no esforço secular pela educação como,

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração européia (...) que trabalha nos officios e arroteia os campos, inocula a vida e coordena essas desordens. (RIBEIRO, 1935, p.374)

Entretanto, a educação como é mencionada não basta, pois a raça constituída estava condenada; deveria haver mais um movimento de miscigenação levado a termo com a imigração européia, aliás, em grande expansão, nesse período. Assim, o novo movimento de miscigenação facultaria ao novo povo brasileiro as virtudes para a organização de uma sociedade civil.

As passagens apresentadas levam-nos a outra questão: a ideia de raça como sinônimo de nação. Os movimentos autonomistas do século XIX que percorreram tanto o Brasil, como a América Latina, são, para João Ribeiro, lutas étnicas, isto é, entre raças. As origens da nação brasileira, para nosso autor, estão postas já no século XVII e, a partir daí, os movimentos históricos tem na luta emancipacionista o seu sentido, o seu enredo. Desse modo, a narrativa histórica consistiria em apresentar os caminhos que levou o Brasil à sua independência política. Vejamos:

(...) O tentamen dos conjurados mineiros não é uma empreza de literatos e philophos; é, tambem, eis a sua falha de momento, uma conspiração de quasi portuguezes contra portuguezes, é o espirito novo e cosmopolita contra os prejuizos nacionaes; é a mesma revolução que se chama *constitucionalismo* em 1820 com D. João VI e se chama, para nós, *independencia politica* (grifos do autor), em 1822 com D. Pedro I, ou, em uma só palavra, é o liberalismo portuguez contra o absolutismo portuguez; a liberdade dos oppressores contra o despotismo dos oppressores. (grifos do autor, RIBEIRO, 1935, p.371)

Quaesquer que fossem, porém, os movimentos da historia, já no século XVII se havia formado no Brasil a raça nacional mameluca em maior ou menor gráo de cruzamento, e, com essa criação ethnica, desaparece, por inexplicavel, a lealdade, e começam os perjúrios. As duas raças que quasi ao meio então dividem o paíz, começam a odiar-se e applicar-se nomes desprezíveis. A cabrada, os pés de cabra, dizem os lusos dos brasileiros; mascates, marotos, pés de chumbo, chamam os brasileiros aos seus dominadores. (RIBEIRO, 1935, p. 372)

A nacionalidade desperta pelo conflito contras os portugueses leva, paulatinamente, os brasileiros a se distinguirem dos reinóis, o que ele chama de “base physica da revolução” (RIBEIRO, 1935, p. 372). O sinônimo raça e nação em João Ribeiro pode ser percebido na sua leitura sobre os movimentos históricos de independência política na América Latina, na medida em que expressa, nas motivações liberais ou absolutistas, entre americanos e europeus, uma máscara para luta entre as raças.

O que sucedeu aqui sucedeu por toda America latina, onde os mestiços acabaram prevalecendo sobre os elementos não puros, mas mais homogêneos dos brancos. As revoluções americanas vestem as fórmãs liberaes e cosmopolitas, mas são no fundo exclusivamente ethnicas, patrióticas e nativistas; para o europeu que a descobriu, a America é terra commum; para o americano, é a terra exclusiva.

As raças inferiores ou oprimidas jamais consentem repartir o sólo com os adventicios, qualquer que seja o espirito liberal das suas leis todas de imitação da literatura política estrangeira. (RIBEIRO, 1935, p. 372).

Outra questão a ser abordada é que o argumento racial não leva em questão as determinantes do meio como condicionantes do estado social da nação. A questão do meio não se coloca, mas sim a dominação da natureza, que é antes uma obra que ocorre ao longo da história. O caráter multirracial que aqui se constituiu sobrepujou o meio, entretanto, essa mesma raça mestiça, capaz de dominar a natureza, não representa um aperfeiçoamento das raças inferiores (africanos e ameríndios); antes, a miscigenação decaiu a dita raça superior, inocularam-lhes as vicissitudes, que conformariam o caráter desmoralizado da nação.

No item 4, sob o título “As três raças. A sociedade”, da unidade 2: “Tentativa de unidade e organização da defesa”, João Ribeiro inicia sua reflexão acerca da miscigenação com a seguinte análise:

Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada pelo conflicto das raças, disfarçado em democracia, fructo antes da luxuria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento, o branco, o índio e o negro se confundem. O contacto da raças inferiores com as que são cultas, quasi sempre desmoraliza e deprava umas as outras.

Principalmente, porem, deprava as inferiores pela opressão que sofrem, sem que este seja o peor dos contagios que vêm a supportar. (RIBEIRO, 1935, p. 106)

A princípio, a miscigenação é ruim para o florescimento de uma raça nacional pura visto sobre a perspectiva da eugenia como explicação sobre os conformadores da nacionalidade. Mais do que isso, pesava sobre a miscigenação a escravização dos indígenas e dos africanos, o que a tornara indelevelmente pernicioso para a formação de uma sociedade. A justificativa para tal fenômeno é a ociosidade, a qual os brancos colonos foram atingidos com a divisão do trabalho, assim, estes também desenvolveram os vícios, próprios das raças inferiores.

A partir de toda essa experiência, a principal consequência foi o fato de a ordem civil não ter se cristalizado na colônia. O contato do branco com as “raças inferiores” – negros e índios – depravou o espírito culto do branco europeu e depravou ainda mais os negros e os indígenas, sob a opressão a qual eram submetidos. Esse movimento histórico não permitiu o desenvolvimento do núcleo de uma sociedade: a família. O negro é representado como o braço da colonização, a quem coube trabalhar efetivamente na edificação da colônia, pois se adaptaram melhor ao clima que os brancos. O índio é apresentado como altivo, mas indolente, que pouco contribuiu e contribuiu para o desenvolvimento econômico e moral do país; isso é atribuído ao álcool que lhes corrompeu o espírito. As índias são representadas como sedutoras, que preferiram os europeus. Os indígenas são corruptores dos costumes europeus, cujos costumes “asselvagem-se”.

Entretanto, é possível perceber o deslocamento de concepção acerca da miscigenação do povo em direção a certa valoração de sua cultura. Para João Ribeiro, a escravidão teve um peso muito maior na determinação nas relações entre portugueses, negros e indígenas, cuja dimensão moral sobrepuja a racialidade como determinante das características históricas da nação brasileira. Essa concepção sobre a moral da nação é aliada ao espectro social dos colonos que, em sua maioria, eram degredados, aventureiros atrás de fortuna fácil e não de um propósito de construir uma sociedade portuguesa ou mestiça nos trópicos, quer dizer, a própria moral do colonizador já se encontrava decaída. Tal representação é também expressão de um Portugal afetado pelas grandes navegações e pela inquisição.

Os portugueses que vieram estabelecer-se nas terras do Brasil não pertenciam á classe média, aliás, pouco populosa nesses começos de idade moderna (...) Eram fidalgos ou infimos plebeus e degredados; a maior parte, gente aventureira e sem consciencia. (RIBEIRO, 1935, p. 108).

De qualquer forma, o historiador não crê numa regeneração completa da raça mestiça. O caminho seria a continuação da miscigenação com a imigração européia, de formar o branqueamento e sobrepujar sua moral diante da raça primitiva de instintos e valores. O argumento sociológico, assim, até aparece, porém é sobrepujado pelo argumento da racialidade.

Não podemos pensar que o homem de cor, consequencia semi-híbrida do contacto heterogeneo de raças tão distanciadas que até por eminentes cientistas como Haeckel são consideradas especies diversas, seja a peste da cultura americana como setenciaram alguns sociólogos. Mas não cremos com Martius, que alias com grande attenção observou essas raças, serem ellas susceptíveis de toda a perfectibilidade; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela immigração européa que viria afinal supplantar o character das camadas primitivas; felizmente ainda nas raças mestiças há sempre um escol intelectual e moral que consegue subjugal-as e dirigil-as. (RIBEIRO, 1935, p. 372-3)

Dessa forma, na medida em que expressa a representação racial do povo brasileiro, Ribeiro já indica um deslocamento na compreensão sobre a raça enquanto determinante dos eventos históricos. O argumento da raça desloca-se para o âmbito moral dos homens que aqui desembarcaram durante a colonização.

Tal argumento carece de um maior exame. A partir de nossa leitura, é possível apontar três dimensões a serem analisadas sobre as teses racialistas de João Ribeiro. A primeira é de que a miscigenação não é a peste da cultura americana, ou seja, não determina as condições intelectuais do sujeito. A segunda é que a miscigenação não é factível de perfectibilidade, isto é, não condensaria em si as virtudes de suas raças matrizes. A terceira é que não é pelo branqueamento, exclusivamente, que se conformaria a consciência moral, pois entre os próprios mestiços existem suas elites intelectuais capazes de dirigi-lo.

Assim, em nossa análise sobrepuja a dimensão moral sobre a dimensão biológica, determinada racialmente. Entretanto, a psicologia das raças, seus instintos, tem fator relevante para o estado social dos africanos e dos indígenas. A dimensão moral e intelectual seria a conformada pela educação, pelo trabalho e também pelos cuidados com a higiene e saúde. Desse modo, as mazelas da raça mameluca seriam substituídas pelas virtudes da civilização, vista por nosso autor mais como universal do que propriamente ocidental e européia, como exposto anteriormente.

As teses de regeneração social da nação estão expressas nos estudos de Lilia Schwarcz (1993) e Nicolau Sevcenko (1999). A tese da autora apresenta os diferentes projetos expressos nas faculdades de direito e de medicina para a regeneração da raça nacional. Segundo essa autora, cada discurso disputava o espaço de hegemonia, conferindo a cada uma das profissões a vocação de regeneradora da nação. No trabalho de Sevcenko, a questão está nas tensões existentes na produção cultural, com destaque à produção literária da Primeira República como um todo, Mas a tese de regeneração é mencionada em diferentes aspectos da realidade social que se transformava com a República. Trata-se da condenação dos hábitos e culturas ligados à sociedade tradicional, negação da cultura popular, expulsão dos populares das áreas centrais da capital, Rio de Janeiro.

A expressão regeneração significava a dissolução da velha ordem social do Império em nome de uma nova ordem que perseguia a boemia, o violão, sob o

argumento da vadiagem, tendo como seu contraponto a cultura do trabalho, o cultivo de virtudes. As perseguições contra a cultura popular eram variadas, com força policial; perseguiram festividades religiosas como o candomblé, o jogo do bicho, a capoeira. Na leitura de Sevcenko, é a segregação de duas sociedades justapostas: uma alinhada com a cultura européia, notadamente a *belle époque* parisiense; e outra, compreendida pela primeira como escória, velha, monárquica, suja e desordeira. Seria este tipo de argumento que justificaria o autoritarismo nas transformações urbanas como as que aconteceram no Rio de Janeiro na virada do século¹.

A partir dos trabalhos acima, imprimimos em nossa leitura o papel conferido à educação, qual seja a da regeneração do povo mestiço, mudança impetrada na formação moral e intelectual da juventude que, aliadas às transformações sanitárias, de hábitos de higiene, na relação com o trabalho, conformariam no novo brasileiro um tipo ideal, formado geneticamente mais branco, mas ainda mestiço, porém mais forte e homogêneo, capaz de colocar o Brasil nos trilhos do progresso.

A constituição do território brasileiro é narrada pelo nosso autor à maneira clássica das sínteses históricas do Brasil de seus antecessores, como Abreu e Lima, Varnhagen ou Macedo. Os elementos que conformaram o território são as guerras contra os invasores franceses e, sobretudo, a invasão holandesa, contudo, não são os únicos. Também podem ser citados outros elementos, como a expansão pelo interior pela atividade pecuária, a colonização dos grandes rios, como o São Francisco, importante para o desenvolvimento do Nordeste, bem como a descoberta de metais e pedras preciosas nas minas.

Nas guerras de invasões, a narrativa de João Ribeiro é marcada pelas guerras de conquista que afirmariam a unidade política da América portuguesa, isto é, as lutas contra os invasores franceses e holandeses. Esses eventos, assim representados como invasões, já delimitam de quem é a posse histórica e legítima do território brasileiro: os portugueses. Entretanto, não faltam elogios à administração liberal de Mauricio de Nassau, ou o pioneirismo francês de desbravamento do Rio de Janeiro. Cabe ainda

¹ SEVCENKO (1999), Ver mais: Capítulo 1: a inserção compulsória do Brasil na Belle Époque.

mencionar a importância da reconquista sobre Pernambuco na manutenção da unidade política.

Em a *História do Brasil*, João Ribeiro assinala as invasões holandesas em seus três momentos clássicos: do ataque à Bahia em 1624, a ocupação em Pernambuco em 1630 e a guerra de expulsão em 1654. Para nosso autor, o sentido da tentativa holandesa em criar uma colônia na América está inserido nas lutas pelo comércio livre entre as potências européias.

A agressão hollandeza, como a franceza e ingleza, explica-se antes por um principio superior, que nesse tempo foi a consequencia dos descobrimentos do oriente e do occidente, e esse principio era a lucta do *livre commercio* contra o *monopolio*. Portuguezes e espanhoes pretenderam haver aberto o oriente fechado pelos turcos e o occidente ao mundo, mas em verdade um e outro ponto do quadrante estavam fechados para o resto dos homens. Foi justamente nessa lucta em que faziam o papel de *piratas ou corsários*, que francezes, inglezes, e sobretudo hollandezes, começaram a formar esse immenso poder naval, essa supremacia marítima, que acabou por se substituir à dos rivaes. O *commercio livre* foi a obra do individualismo, das empresas privadas: os governos europeus por impotencia reconheciam o monopolio iberico, o que não os impedia de auxiliar secretamente as tentativas contra aquelle privilegio. (RIBEIRO, 1935, p. 166)

Na questão da nacionalidade entre os combatentes na guerra, nosso autor é um contraponto à historiografia de Varnhagen, já por se tratar de uma luta pelo livre comércio, os nacionais estavam divididos entre os holandeses e os portugueses. Os primeiros só mudaram de lado por conta das mudanças políticas ocorridas com a saída de Mauricio de Nassau.

Assim, a batalha de Guararapes é ponto alto nessa narrativa: os colonos estavam dos dois lados. Enquanto a administração holandesa foi importante para o desenvolvimento da região, pois teve apoio político e popular; quando a situação política é alterada com a saída de Nassau, a colônia holandesa vai perdendo poder político, social e militar.

Em geral os nossos historiadores falam do *sentimento nacional* a propósito d'esta guerra. A verdade é que índios e brasileiros tanto estavam divididamente do lado dos portuguezes como dos

hollandezes. Quando Picard capitula em Porto Calvo, entrega dos seus trezentos homens apenas a metade que eram brasileiros e entre estes o Calabar. Na segunda batalha dos Guararapes, os índios do lado dos holandeses, estavam ao mando do Camarão holandez, *Pero Poty*, parente de Camarão, agora dito autonomista. Os sucessos posteriores fizeram d'este Poty e do Calabar dois traidores. (RIBEIRO, 1935, p. 185).

Ou seja, as raças não se encontraram em torno de um sentimento comum, de uma nacionalidade brasileira, como a historiografia do IHGB assinalava. Interessante é que a narrativa de João Ribeiro desmitifica alguns dos mitos republicanos, o que também é percebido no capítulo “Espírito da Autonomia”, como já apresentado. Podemos ler nessa linguagem que a nacionalidade deve ser construída nos alunos/leitores de maneira mais crítica, ou pelo menos desapaixorada, o que assinala um forte contraponto à historiografia patriótica que lhe é anterior e mesmo contemporânea, sobretudo, em manuais de instrução moral e cívica (GASPARELLO, 2004).

A expansão territorial é afirmada não apenas pelas campanhas contra os invasores, mas também pela ação colonizadora e engenhosa dos lusobrasileiros, como a criação de gado, de fortes, a ação bandeirante, colônias jesuítas, que definiram as possessões ao sul do Brasil, a descoberta e ocupação dos Rios Amazonas e a interiorização da colonização do Rio São Francisco.

A ação colonizadora dos jesuítas foi outra importante obra para colonização, assim como a expansão bandeirante pelo interior do País, como já expomos. O Brasil é obra do colono e do jesuíta, que ocuparam o interior levando o cristianismo a todas as regiões, o que contribuiu para organização da sociedade civil, notadamente no Pará e no Maranhão, com a criação de cidades cuja população era majoritariamente indígena. Dessa forma, pode-se admitir que o desenvolvimento das colônias estava ligado à tensa relação que envolvia indígenas, colonos e jesuítas. De um lado, os colonos escravizavam os indígenas para o trabalho nas lavouras ou para obras nas cidades; de outro, os jesuítas, mesmo defendendo a humanidade da raça vermelha, eram beneficiados pelo trabalho indígena. No meio dessa dinâmica escravocrata, os indígenas eram subjugados tanto de um lado, como do outro.

O caso da preação sobre as populações indígenas do Pará é bem representativo sobre esse tema. João Ribeiro narra a crueldade do processo, as guerras, matanças e resistência dos indígenas frente à escravização, após uma lei de 1611, decretada por Filipe III, que permitia a escravidão como um meio de sustentar a economia e corrigir os vícios dos índios em relação ao trabalho. O movimento retrocede em 1679, com a revogação da escravidão e a missão dos jesuítas de curar os índios para a civilização, o que desagradou os colonos. (RIBEIRO, 1935, p. 239).

A partir daí, os jesuítas colonizaram e aldeizaram os indígenas, incutiram-lhes a cultura do trabalho nos moldes europeus como a lavoura, a extração dos recursos naturais das matas, o que propiciou o desenvolvimento de amplas atividades econômicas, cristianizando-os e, assim, povoaram a costa do Pará e a margem do Rio Amazonas. Tal ação foi importante para os interesses do Reino, dos índios, pois não se viam perseguidos pelos colonos (pelo menos nos limites das aldeias) e também dos jesuítas. Inclusive outra contribuição dos indígenas para a sociedade civil diz respeito então ao fato de que estes foram empregados ainda nas obras públicas, chamados e/ou convencidos pelos padres.

As bandeiras têm um papel especial no movimento de interiorização da colônia. O valor da raça é enaltecido pela sua adaptação ao céu e clima do Brasil. “Só a formação de uma raça inteiramente aclimada ao sol e céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia preparar tamanhos resultados” (RIBEIRO, 1935, p.226). É o que o autor chama os primeiros foros da nacionalidade, pois já nesse cruzamento de fatores dá-se a raça nacional. As bandeiras, ainda, simbolizam o desbravamento das matas, a tentativa de domar a natureza, torná-la apta a vida social, com o pleno domínio de seu solo, vegetação, animais, uma luta contra o desconhecido,

“(…) a primeira virtude dos bandeirantes é a resignação, que é quasi fatalista, e a sobriedade levada ao extremo. Os que partem não sabem se voltam e não pensam mais em voltar aos lares, o que frequentes vezes succede. As provisões que levam apenas bastam para o primeiro percurso da jornada; d’ahi por diante, entregue á ventura, tudo é enigmatico e desconhecido.” (RIBEIRO, 1935, p. 225)

Segundo o historiador, foi no interior do país que se formaram a estirpe genuinamente nacional, mais homogênea e dotada de grande valor. É uma interessante descrição sobre o sertanejo como símbolo da pureza racial no Brasil, a partir da pecuária que se estabeleceu no interior. Foi esse povoamento que deu características sociais ao povo, como ele mesmo explica:

(...) Por isso em toda essa região formou-se o abastecedouro animal do Brasil antigo. Os seus nucleos de população conservaram melhor as tradições do *folk lore* nacional ainda exprime nas canções populares , nos *desafios* e nos romances e lendas sertanejas; o typo ethnico é mais puro e superior ao do litoral de hoje, quasi todo ainda ennegrecido pela escravidão africana. Os sertanejos são brancos e muitas vezes louros, mais frequentemente morenos de cabellos ruivos; têm virtudes cavalheirescas, o sentimento talvez exagerado da honra, que o faz frequentemente appellar para as armas, que todos desde a infância manejam com pericia. Desconfiam da civilização e do litoral, onde a hospitalidade é rara ou pérfida, aonde só descem nas feiras e para cambiar os productos. D'elles é que têm origem seitas religiosas, germen de tumultos, que, de vez em quando, ensanguetam o sertão. Parece que nisso, como o gado que apascentam, traem qualquer coisa do sangue semítico, arabe, tronco de religiões antigas. São descendentes de portuguezes e ilheos que, internados desde o século XVII, perderam o contacto permanente da civilização; e com essa perda aprenderam, de insticto próprio, as industrias essenciaes á vida. Vestem-se em geral de couro, da cabeça aos pés; de couro e chifre são os seus utensilios domésticos, onde guardam liquidos e sólidos; alimentam-se da caça, das fructas acidas próprias dos espinheiros do deserto e da carne, e d'esta fazem a farinha com que ajuntam o leite, substitutivo frequente da agua. (RIBEIRO, 1935, p. 206)

A partir da citação, percebemos como as características geográficas e climáticas influenciaram o comportamento e hábitos, como a alimentação e vestuário sertanejo. Isso é aliado à origem étnica européia, que se moldou ao meio e conformou o sertanejo distintamente do europeu, bem como dos habitantes do litoral, enegrecidos com a escravidão africana, que criaram outra estirpe. Entendemos a formulação da pureza na raça do sertanejo pelo seu pouco contato com a raça etíope e pelo seu isolamento geográfico em relação ao litoral, o que se coaduna com a caracterização dos

negros dentro da obra, desmoralizados, tais quais os mestiços originados por eles, cheio de vícios, o que incutiu nos brancos as vicissitudes e a indolência. As análises sobre as raças são analisadas a seguir (item 3.4). A compreensão de João Ribeiro é praticamente a mesma de Sílvio Romero sobre o caráter do mestiço, os maus causados pela miscigenação entre brancos e negros, e a pureza da raça como saída regeneradora da nação.

A reflexão de Ribeiro sobre o território que conformou o Brasil é de que o país é um grande organismo, composto por localidades que possuem suas especificidades, fruto da sua extensa geografia e das histórias das capitânias.

No sentido do povoamento podíamos (e até certo ponto podemos ainda) considerar a formação do Brasil como a de um vastíssimo archipelago de ilhas humanas que só acham contacto pelo caminho do mar. O sertão, as florestas, até alguns rios innavegáveis e principal o defeito de escassa colonização, repartem o território em grupos distantes e quasi incommucáveis desde a época colonial. (RIBEIRO, 1935, p. 316)

É sobre esses particularismos regionais que se fundaria a unidade nacional, seja pela língua, pela religião, pelos seus vínculos com a metrópole portuguesa e, como ele ainda conclui: “O particularismo local distingue-se ainda pelo espírito superior do unionismo penhor da grande pátria brasileira.” (RIBEIRO, 1935, p. 344). A unidade nacional é conformada pela sua diversidade geográfica, que superou seus particularismos em nome de uma unidade maior que representa um povo de mesma língua, religião e origem colonial, que se autodeterminou historicamente, e que, portanto, tem um direito constituído sobre o território que ocupa, governa e representa.

Podemos inferir ainda que a conformação do território assinalada pelo historiador através de cinco focos de irradiação populacional significa discursivamente integrar a história do Brasil como um todo, e não uma história contada a partir de um único centro que se expandiu e conquistou o vasto território. É, antes, demonstrar que os diferentes focos de irradiação possuem especificidades históricas, mas que se confluíram para formar o Brasil. Essa narrativa de Ribeiro acaba por atribuir

importância histórica a cada região, de modo que cada uma não seja marginalizada em função dos grandes centros políticos e econômicos do país, que naquele momento já havia migrado para o sudeste cafeeiro, que se tornara hegemônico em relação ao nordeste açucareiro.

Se havia a necessidade de integrar o país em todos os aspectos, era necessário, antes, integrá-lo historicamente e, assim, conformar a ideia de nação, mameluca, afeita ao autoritarismo, sem capacidade de mobilização e livre iniciativa, verdadeiros abismos a serem superados para de fato se constituir uma república, numa dimensão democrática e das *res publica*.

Bibliografia:

GASPARELLO, Arlette de Medeiros. A nação nos compêndios republicanos. In: *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004a.

KOSELLECK, Reinhart. *O futuro passado: contribuição semântica aos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2007.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

_____. *A língua nacional e outros estudos linguísticos*. Petrópolis: Vozes; Aracajú, Governo do Estado de Sergipe, 1979.

_____. *Obras de João Ribeiro: crítica*, vol.V (filólogos), organizada por Múcio Leão. Rio de Janeiro: Publicações da Acadêmica Brasileira de Letras, 1961a.

_____. *Obras de João Ribeiro: crítica*, vol.VI (historiadores), organizada por Múcio Leão. Rio de Janeiro: Publicações da Acadêmica Brasileira de Letras, 1961b.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura com missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.